



**Escola Nacional de
Administração Pública**

**ESTRUTURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA DE LAPIDAÇÃO
E ARTESANATO MINERAL – PROGRAMA DE AÇÕES E
CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA VISANDO EMPREGO E RENDA
EM PINDOBAÇU/BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Aluno: Gilberto de Amorim Carvalho

Orientadora: Dr^a Rubia Auxiliadora Constancio Quintão

Brasília - DF
Setembro/2019

ESTRUTURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL – PROGRAMA DE AÇÕES E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA VISANDO EMPREGO E RENDA EM PINDOBAÇU/BA

Gilberto de Amorim Carvalho

Enap – Escola Nacional de Administração Pública

Resumo

O presente Plano de Intervenção, irá trabalhar a estruturação e instalação de uma escola de lapidação e artesanato mineral dentro de um programa de ações e capacitação empreendedora, no Distrito de Carnaíba, no município de Pindobaçu, Bahia. A escola será um núcleo de profissionalização específico, que manterá um curso regular, utilizando o conteúdo programático e metodologia pré concebido pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), visando resolver um problema endêmico relacionado a mineração de esmeraldas, na localidade, no que tange a perda de receita em face da não agregação de valor as gemas extraídas. O PI será construído dentro de um processo de parcerias institucionalizadas, perfeitamente atreladas aos objetivos elencados, no intuito de gerar emprego e renda, e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento local. O que se pretende, é que, a escola, a partir do processo de ensino, seja trampolim para a instalação de um arranjo produtivo local, calcado em capacitação para lapidação e artesanato mineral, suporte pedagógico para gestão de negócios, e, atração de parceiros comerciais para venda dos produtos manufaturados. O PI irá se correlacionar a quatro ODS, assim nominadas: 01, Erradicação da Pobreza; 08, Emprego Digno e Crescimento Econômico; 10, Redução das desigualdades; 17, Parcerias e Meios de Implementação.

Palavras Chaves: Esmeraldas; Lapidação; Artesanato mineral; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

1	Introdução.....	04
2	Problema	06
3	Justificativa	06
3.1	Esmeralda.....	12
4	Objetivos.....	16
4.1	Objetivo geral	16
4.2	<i>Objetivos específicos</i>	16
5	Revisão de Literatura.....	16
5.1	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.....	19
6	Metodologia	27
7	Cronograma.....	31
8	Recursos necessários	32
8.1	Recursos e Materiais Necessários.....	32
8.2	Aquisições e Contratações Necessárias.....	32
8.3	Orçamento.....	33
9	Resultados esperados	35
10	Referências bibliográficas.....	37

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Intervenção é parte integrante dos requisitos do curso de Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), caracterizando-se, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A escolha do tema se deve em face da observação do “status quo” vigente, na localidade do Distrito de Carnaíba, no município de Pindobaçu, Bahia, relacionado a extração de Esmeraldas, a partir do levantamento das vocações financeiras locais, e a possibilidade de correlacioná-las com um Programa de ação empreendedora, que faz parte do Plano Municipal de Desenvolvimento, ainda em andamento, “capitaneado” pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Ao longo do texto, utilizaremos a sigla “PI”, para caracterizar o termo Projeto de Intervenção.

O Município de Pindobaçu, possui o maior garimpo de esmeraldas em produtividade do mundo. As ocorrências de esmeraldas no povoado de Carnaíba, município de Pindobaçu, foram descobertas no ano de 1963 (Santana & Moreira, 1980), e se mantem produtivo até os dias atuais. A Esmeralda ocorre, principalmente, em faixas ou bandas de flogopitito conhecidas no garimpo como veios ou filões – zona de reação metassomática entre aplopegamititos e serpentinitos (Santana. 1995). São nesses filões que estão contidas as esmeraldas, que se apresentam como cristais hexagonais de berilo verde, normalmente com uma coloração voltada para o verde oliva, e de pesos que variam entre quilates, quando lapidadas, gramas na forma bruta, e quilo, quando transformada em artesanato mineral. As gemas extraídas, na sua quase totalidade, são vendidas na sua forma bruta, sem que haja nenhum processo de agregação de valor as mesmas. Além disso, o rejeito produzido pela mineração, é completamente expurgado na forma de descarte sumário, em pilhas que circundam as minas existentes. Esse material, quando trabalhado na forma de artesanato mineral, transforma-se em produtos de alto valor agregado, e de beleza incomum, de fato, tornam-se verdadeiras obras de arte. No rejeito, também, encontramos outras substâncias de enorme importância mineral, e, existem estudos, voltado para construção civil e agricultura, que demonstram a explicita viabilidade comercial para utilização dos mesmos.

Aqui, nesse PI, vamos nos debruçar, sobre a lapidação das gemas, e a

confeção do artesanato mineral, como ação de absoluta exequibilidade, já devidamente elencada, como vocação financeira estratégica, nos estudos iniciais do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, que está sendo desenvolvido pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, como marco de relevância para catapultar o desenvolvimento local, e, com a possibilidade de atingir um público alvo, amplo e direto, junto à população residente.

Para a efetivação do PI, serão estabelecidas parcerias dentro de uma abordagem multidisciplinar e multinível, fazendo uso do conceito de dimensão institucional, em um processo de apuramento das ações da Gestão Pública, fortalecendo a capacidade do município em impulsionar ou evidenciar, combinações de ações de Desenvolvimento Local, que dialoguem com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As ações de capacitações empreendedoras, existentes no plano local, da qual o PI fará parte, serão utilizadas como estratégia para implementação e desenvolvimento dos ODS. A execução e os resultados obtidos, irão contribuir para a identificação, sistematização e divulgação das boas práticas e/ou, realizações contributivas para o alcance dos mesmos, tudo atrelado inter e intra órgãos, de forma atingir, efetivamente, todos os envolvidos. Assim, a partir do exemplo do PI, iremos utilizar, os ODS, regular e ordenadamente, de modo integrado e indivisível, na forma que os caracterizam, para feitura dos demais projetos de intervenção municipal, avançando para um plano de ação, que permita a efetivação da Agenda 2030, como um todo.

A Agenda 2030 é um compromisso firmado na reunião de cúpula da ONU, em setembro de 2015, por 193 países membros, objetivando o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o precípua intuito, de dar ao mundo um caminho sustentável, através de medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030. Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima (Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>).

Pretende-se, ainda, com a Escola de Lapidação, viabilizar-se a formatação de um Arranjo Produtivo Local (APL), poderoso, capaz de movimentar enormes somas em dinheiro, e, mudar, substancialmente, o padrão social vigente na localidade. Dentro dessa concepção, o que se busca é fechar a cadeia produtiva, ou seja,

iniciamos com a capacitação profissional, passamos, pelo ensino da gestão do negócio, e finalizamos o ciclo, atraindo parceiros e potenciais compradores dos produtos manufaturados.

2. PROBLEMA

O município de Pindobaçu, possui o maior garimpo de esmeraldas do mundo, em franco processo de produção, no entanto, as gemas produzidas são todas vendidas na sua forma bruta, sem que haja qualquer processo de manufatura das mesmas, visando agregar valor e melhorar os ganhos dos garimpeiros locais. Elas acabam sendo lapidadas fora e gerando emprego e renda noutras praças. Da mesma forma, o subproduto oriundo do processo da mineração, é desprezado compulsoriamente, quando, também, poderia estar gerando valor e consequentemente, emprego e renda, se fosse utilizado na confecção de artesanato mineral. O PI irá resolver esse problema.

3. JUSTIFICATIVA

Localizado no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, o município de Pindobaçu foi criado pela Lei Estadual nº 542 de 04/03/1953. Possui 496,3 km² de área (IBGE, 2017). O município tem como coordenadas da área urbana a latitude S10o44'30" e a longitude W40o21'39", está situado no Centro Norte baiano, mais especificamente na microrregião de Senhor do Bonfim, e inserido no Território de Identidade C, e possui como limítrofes intermunicipais, os municípios de: Antônio Gonçalves, Filadélfia, Ponto Novo, Saúde e Mirangaba (SEI, 2013). A distância do município de Pindobaçu à capital Salvador é de 376 km, o que lhe posiciona ainda próximo ao litoral, a uma altitude de 448m. O tipo climático do município é subúmido e seco, com uma média anual de temperatura de 23,7°C, e 808mm de pluviosidade média anual, considerando os meses de dezembro, janeiro, março e abril como o período de chuvas (Climate-data.org).



Figura 1 Pindobaçu/BA- www.google.com/maps/place/pindobaçu

A densidade demográfica do município é de 42,4 hab/km², apresentando-se muito acima a do estado da Bahia que é de 24,82hab/km², porém o município tem a 166^o maior população do estado, e a 19^o posição em menor área territorial. Essa discrepância de posicionamento entre o contingente populacional e a área territorial, resulta em uma densidade demográfica bem acima da média (SEI, 2016).

Como a maioria dos municípios de pequeno porte do país, notadamente, os que se encontram na região nordeste, e, mais especificamente, aqueles que se situam nas áreas do sertão, região endêmica de seca, a cidade de Pindobaçu, padece de várias mazelas, da mais absoluta cronicidade social. Os problemas se assomam em todas as instâncias, na saúde, na educação, na segurança, e na infraestrutura urbana. Além dos problemas voltados para as estruturas públicas, o lugar se ressentido da criação de novos postos de trabalho, e, conseqüentemente, da geração de emprego e renda.

Na caracterização socioeconômica o Censo IBGE 2010 nos revela a existência de 5.935 habitantes que se encontram em situação de extrema pobreza no município de Pindobaçu, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, para uma população total de 20.121 residentes, o que representa 29,5% da população municipal. Em uma analogia com o ODS 1 (TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ONU, 2015), que busca “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, e, na sua Meta 1.1 nos informa que o objetivo, é, sob o otica global, até “2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia”, e, dentro de uma proposta

de adequação a realidade nacional a mesma meta 1.1, segundo enunciado ofertado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Aplicadas), define-se que o objetivo será “até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de R\$ 3,20 per capita por dia” (AGENDA 2030, ODS – METAS NACIONAIS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO, IPEA 2018, p.26) constatamos, diante dos dados apresentados, que o município ainda está abaixo do quanto preconizado. Desse total que são extremamente pobres, cerca de 2.611 (44%) estão localizados na zona rural, e 3.324 (56%) na zona urbana.

O Plano Municipal de Saneamento do município de Pindobaçu, nos apresenta os seguintes dados e tabelas, para referendar a situação socioeconômica local:

Tabela 01. População em situação de extrema pobreza por faixa etária do município de Pindobaçu, Ba.

Idade (anos)	Quantidade	%
0 – 4	811	13,7
5 – 9	867	14,6
10 – 14	638	10,7
15 – 17	346	5,8
18 – 34	1.693	28,5
35 – 59	1.446	24,4
60 acima	134	2,3
Total	5.935	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

O resultado dessa pesquisa mostra que, em 2010, quase a metade dos indivíduos extremamente pobres do município, ou seja, 44,9%, pertence à faixa etária de zero a 17 anos.

Tabela 02. Número de indivíduos¹ e percentual populacional em situação de extrema pobreza no município de Pindobaçu, em 2000 e 2010

2000			2010		
População total	População extremamente pobre	% da população extremamente pobre	População total	População extremamente pobre	% da população extremamente pobre
20.869	9.886	47,4	20.121	5.935	29,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Nota: ¹foram consideradas extremamente pobres as pessoas que obtiveram rendimento domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$ 70,00 em junho de 2011 e obedeciam aos critérios do MDS que definem a extrema pobreza.

Os boletins informativos do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), consultados por meio do Sistema de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), mostra que em dezembro de 2016 o município de Pindobaçu registrava 4.409 famílias, sendo beneficiadas 2.874 famílias no Programa Bolsa Família, o que representava 44,29% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do Programa. Nesse mesmo ano, por meio do Programa Bolsa Família, as famílias beneficiárias receberam um montante R\$ 5.426.740,00. Outro dado mostra uma queda de aproximadamente 24% no total de famílias beneficiárias pelo Programa, entre os anos de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a dezembro de 2016. No ano de 2013 o benefício de outro programa de combate à fome, denominado de Brasil Carinhoso, inicialmente pago às famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, contemplou todas as famílias do Bolsa Família.

A condição de fragilidade material ou moral no contexto econômico-social da população de Pindobaçu é refletida no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,577 (PNUD, 2010). Esse valor classifica o município como de médio desenvolvimento, que tem valores entre 0,500 a 0,699, porém está um pouco abaixo da média estadual que tem índice de 0,660 (PNUD, 2010).

Tabela 03. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pindobaçu¹

UF/Município	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)			IDHM – 2010		
	1991	2000	2010	Renda	Longevidade	Educação
Bahia	0,386	0,512	0,660	0,663	0,783	0,555
Pindobaçu	0,231	0,406	0,577	0,527	0,757	0,482

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota ¹ : A metodologia para calcular o IDHM considera as três dimensões: longevidade, educação e renda.

Analisando a renda entre a população mais pobre e a mais rica do município de Pindobaçu, que é determinado pelo Índice de Gini, tem-se o valor de 0,515, bem abaixo do índice estadual que é de 0,631, como mostra a Tabela 04. Ainda em relação à renda, a população tem um salário médio mensal de 1,9 salários mínimos (IBGE, 2010).

Tabela 04. Índice de Gini do Município de Pindobaçu²

Coeficiente de Gini ¹		
UF/Município	2000	2010
Bahia	0,664	0,631

Pindobaçu	0,648	0,515
-----------	-------	-------

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Cálculos da SEI a partir dos micro dados da amostra.

Nota:² para o cálculo do Coeficiente de Gini foi utilizado o rendimento domiciliar *per capita*.

O Benefício de Prestação Continuada impacta na renda de idosos e deficientes. Esse benefício no município de Pindobaçu somou um valor de R\$ 6.576.600 em 2017, o que representa 0,14% do total recebido no Estado da Bahia (IPEA, 2018). A proporção de pessoas vulneráveis à pobreza, com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$255,00 passou de 87,82%, em 2000, para 62,34% em 2010, em paralelo ao atendimento da população em domicílios com banheiro e água encanada, que, no mesmo período, passou de 32,17% para 69,85% (PNUD,2010). A Tabela 05 apresenta o Benefício de Prestação Continuada, referente ao ano de 2017, no estado da Bahia e no município de Pindobaçu.

Tabela 05. Benefício de Prestação Continuada (BPC)³, segundo o município de Pindobaçu e na Bahia, 2017.

UF/Município	Benefício de Prestação Continuada (BPC) ¹ - 2017			
	Idosos		Deficientes	
	Beneficiários	Valor Total	Beneficiários	Valor Total
Bahia	199.501	2.209.332,262	240.308	2.644.862,934
Pindobaçu	153	1.754,998	426	4.821.602

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Cálculos da SEI a partir dos microdados da amostra.

Nota:³ os dados se referem ao mês de dezembro.

O município de Pindobaçu possui um PIB *per capita* estimado em R\$ 5.867,00 (IBGE,2015), com 97% da sua receita de fontes externas à sua arrecadação (SEFAZ-BA, 2016). A composição das finanças municipais é: 88,18% pela arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), 5,7% pelo IPTU (Imposto sobre a Propriedade Urbana) e 6,12% pelo ITBI (Imposto de Transição de Bens Imóveis). A transferência de receita estadual ao município, corresponde a um percentual de 91,8% para o ICMS e de 8,2% para o IPVA. Em 2016 foi transferido um total de R\$2.938.690 do Estado da Bahia para o município de Pindobaçu. Já as transferências constitucionais decorrentes da União ao município, estima-se um total de R\$ 27.606.931 e um acréscimo em R\$ 18.887.691 pelo modelo de transferência intergovernamental com o Estado da Bahia (TCM-BA, 2016). Ainda em 2016, segundo dados da SEFAZ-BA, o município obteve uma receita de aproximadamente R\$ 50.877.794, sendo está comprometida em cerca de 77,8% pelas despesas totais, sem

considerar as correntes.

A agricultura familiar é a principal fonte de subsistência da maioria da população do município. Estima-se um total de 880,671 hectares para a produção agrícola local, sendo 81% para as lavouras temporárias, destacando-se na produção de batata-doce (12,5%), cana-de-açúcar (14,0%), feijão (12,2%), mandioca (14,3%) e milho (14,3%), e apenas 29% da área total para as lavouras permanentes, para o cultivo predominantemente de banana. A horticultura também está presente no município, com destaque para a produção de tomate. O setor da pecuária ocupa cerca de 42% da área disponível, devido a criação, principalmente, de bovinos, além de ovinos, equinos, caprinos e suínos (IBGE-PAM, 2016). Em uma análise a luz do ODS 2 que fundamenta a necessidade de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, dentro do parâmetro da meta 2.3 que a nível global, vaticina a importância de “até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, e a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola” (Disponível em: <https://www.agenda2030.org.br>), e, no contexto nacional, pretende “até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola” (AGENDA 2030, ODS – METAS NACIONAIS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO, IPEA, 2018, p. 57), observamos que estamos muito aquém do próximo do ideal.

Diante dos dados apresentados, relacionados as questões de âmbito sócio econômico, é urgente a adoção de práticas e ações modificadoras da situação vigente.

Entendemos que capacitar, buscar novas relações econômicas e alternativas de inclusão produtiva, é uma eficiente estratégia contributiva, para minimizar esse quadro. Nesse interim, o município possui, uma importante vocação financeira, voltado para área mineral, de forma mais específica, para extração de uma gema preciosa, a esmeralda, cujas minas, estão localizadas, no Distrito de Carnaíba, a cerca de 20 (vinte) quilômetros da sede, sendo explorada a 55 (cinquenta e cinco) anos, com potencial de produtividade, segundo estudos da CBPM (Companhia Baiana de Pesquisa Mineral), na série Arquivos Abertos, “Esmeralda de Carnaíba e Socotó”, (SANTANA, 1995) que versa sobre pesquisas feitas na reserva legal, ainda muito alto, e, nos moldes atuais, muito longo.

Assim, pretende-se, como forma de estancar esse processo de perdas financeiras, estruturar e instalar uma escola de lapidação e artesanato mineral, através da Prefeitura Municipal de Pindobaçu, com coordenação da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, e o monitoramento do Departamento Municipal de Mineração. A expectativa é que a mesma possa alavancar, com efeito, pra melhor e de forma consistente, a mudança do padrão social existente, já que há uma implicação direta quanto as três dimensões do desenvolvimento sustentável: dimensão econômica, com a dinamização do mercado produtor local; dimensão ambiental, porque parte do passivo ambiental existente, será reciclado; dimensão social, porque a promoção do aumento dos ganhos financeiros, vai possibilitar a melhoria do bem estar, ampliar o suprimento das necessidades básicas familiares, melhorando a condição de dignidade e assegurando, assim, justiça social. O PI será esteio ou trampolim, inevitavelmente, de um arranjo produtivo poderoso, obstante o fato que a comercialização da gema aloca grandes somas em recursos financeiros, por se tratar de uma das pedras mais preciosas que existe na natureza.

3.1 Esmeralda

Ela é a variedade verde do berilo. A sua preciosidade acontece em face da sua cor única e incomparável, de tal forma que a tonalidade “verde esmeralda” se tornou um termo utilizado para caracterizar essa cor. Se apresentam como cristais hexagonais, normalmente com uma coloração voltada para o verde oliva, e de pesos que variam entre quilates, quando lapidadas, gramas na forma bruta, e quilo, quando

transformada em artesanato mineral. O seu nome vem do grego "smaragdos" derivando de um nome semítico muito antigo significando "brilhar" (Disponível em: <http://www.patrickvoillot.com/pt/esmeralda-91.html>).

Segundo Pércio de Moraes Branco, em artigo disponibilizado no site da CPRM, a Esmeralda é uma das gemas mais preciosas do mundo. Seu preço pode se igualar e exceder o do diamante.

As ocorrências de esmeraldas no povoado de Carnaíba, município de Pindobaçu, foram descobertas no ano de 1963 (Santana & Moreira, 1980). A Esmeralda ocorre, principalmente, em faixas ou bandas de flogopitito conhecidas no garimpo como veios ou filões – zona de reação metassomática entre aplopegamititos e serpentinitos (Santana. 1995).

As dificuldades de extração, a raridade da mesma, a transformam em uma gema alto valor comercial. O valor assoma, e atinge cifras muito altas, principalmente, quando ela é vendida lapidada, usualmente, na forma em degraus, retangularmente, de lado, o que a torna menos vulnerável aos choques. Esse tipo de lapidação, inclusive, ganhou nome próprio: "lapidação esmeralda". No entanto, em virtude da sua transparência e claridade, ela pode, também, ser lapidada nas formas brilhante, gota, navete, briolette, lagrima, etc. As pedras opacas se tornam cabochões ou contas para colares.



Figura 2 Esmeraldas Lapidadas. Créditos: Gilmar Amorim de Carvalho

O site "O Portal das Pedras Preciosas", nos informa que existem esmeraldas gravadas em entalhes ou em camafeus desde a antiguidade, como aquela que fez gravar Ptolomeu para Cleópatra. Suas inclusões não são defeitos quando elas são

importantes e constituem o que chamamos de "jardins" pois as inclusões se parecem com gramas loucas. Para mascarar seus defeitos (rachaduras, arranhões abertos...) as esmeraldas são imersas, no local mesmo de sua extração, dentro de óleos especiais ou injetadas resinas artificiais debaixo do vazio. Muitas características da esmeralda variam conforme o lugar de origem da pedra. A esmeralda é a pedra aniversário do 20° ano de casamento e também do 35° ano. (Disponível em: <http://www.patrickvoillot.com/pt/esmeralda-91.html>)



Figura 3 Esmeraldas "Brutas". Créditos: Gilmar Amorim de Carvalho

Segundo a CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais), o valor de uma pedra preciosa em particular depende de quatro fatores:

- ✓ Tamanho: uma gema de 1 quilate (200 mg), por exemplo, sempre valerá mais do que duas de meio quilate com mesma qualidade;
- ✓ Cor: em princípio, quanto mais escura a cor, mais valiosa a gema;
- ✓ Pureza: a ausência de inclusões (impurezas e fraturas) é sempre desejável. Esmeraldas, porém, só se mostram puras em gemas muito pequenas, pois é normal que sejam cheias de fraturas, preenchidas por impurezas;
- ✓ Lapidação: gema de boa cor e boa pureza pode ter seu preço diminuído se não for bem lapidada. Brilho é fundamental, e um bom brilho depende muito de uma boa lapidação.

Ainda, segundo a CPRM, levando-se em conta critérios técnicos e mercadológicos e usando o maior preço médio por quilate (1 quilate = 200 mg) pago

no mercado internacional, entre as dez gemas mais valiosas hoje, a Esmeralda ocupa a posição de número 05, podendo alcançar até, US\$ 9.000 por quilate.

Cerca de 10 mil pessoas, vivem de forma direta, da produção e venda desse mineral, no entanto, a riqueza não é distribuída onde a riqueza é produzida, e o que sobra, contraditoriamente, são “chagas” sociais de toda ordem.

Como forma de aprimorar o mercado relacionado a substância e os seus sub produtos, buscando, sobretudo, gerar emprego e renda, entendemos que a capacitação para a lapidação da gema e o artesanato mineral, é uma alternativa viável e desejável.



Figura 4 Esmeralda Bahia. Foto: Reprodução/TV São Francisco

Ainda, como ações agregadas ao PI, pretende-se trabalhar a atração de parceiros e atores específicos, que serão importantes tanto para formação, quanto para adequação e compra do produto final manufaturado, o que vai elevar o valor das gemas e peças, além de eliminar a figura do atravessador, já que a compra dos produtos se dará em loco. Assim, pretendemos incorporar no projeto, parceiros como: Sebrae, que irá ajudar na gestão do negócio; Senai que irá formar e capacitar mão de obra; Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba), que irá através de termo de convênio, fazer a adequação das máquinas e instrumentos necessários para a montagem da escola; Ajourio (Associação de joalheiros e relojoeiros do estado do Rio de Janeiro), entidade com sede no Rio de Janeiro, para aquisição e compra dos produtos; CMB (Cooperativa Mineral da Bahia),

detentora dos direitos de exploração da jazida, que irá doar insumos para manutenção da escola; e a Prefeitura Municipal de Pindobaçu, que irá, através do Departamento de Mineração, e a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, disponibilizar espaço, e coordenar todo o projeto, dentro dos seus mais variados enfoques, desde os burocráticos legais, passando pelo escopo, até ao desenvolvimento e execução do projeto propriamente dito.

O projeto de Intervenção irá trabalhar de modo multi-segmentado, levando-se em conta as vocações financeiras locais, e, diretamente atrelado aos ODS 01 – Erradicação da Pobreza -; 08 – Emprego Digno e Crescimento Econômico -; 10 – Redução das desigualdades -; 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral:

- Capacitar os gaimpeiros e a população local, para o processo de manufatura de gemas preciosas e o subproduto oriundo da mineração de esmeraldas, no Distrito de Carnaíba, no Município de Pindobaçu – BA, com o intuito de promover o Desenvolvimento Local, direcionado para o ensino da lapidação e do artesanato mineral.

4.2 Objetivos Especificos

- Estabelecer os atores envolvidos para consecução do Projeto de Intervenção;
- Sistematizar a ação institucional formal (Termos, Convênios, Contratos) para instalação do Projeto de Intervenção;
- Adequar o local de funcionamento;
- Organizar a gestão da escola.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Como parâmetro balizador, por se tratar de área mineral, vamos discorrer a respeito dos conceitos sociais norteadores de mazelas em face do não

aproveitamento do capital ambiental, de forma sustentável e resiliente. Vamos nos utilizar de estudos que levam em conta aspectos estatísticos e comparativos, de cunho geológico, social e demográfico, na busca de caracterizar de forma mais fidedigna possível a real condição de vida dos moradores da área, produzidos pela CBPM (Companhia Mineral da Bahia), Cetem, (Centro de Tecnologia Mineral), DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral), atual ANM (Agência Nacional de Mineração), CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), relatórios da Secretária Municipal de Assistência Social, Secretária de Educação, Secretária de Saúde, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), informações da CMB (Cooperativa Mineral da Bahia), reportagens em sites de notícias nacionais e estudos de caso.

Ainda, vamos passar por questões e conceitos relacionados a capacitação empreendedora, através dos estudos de autores como o pensador Joseph Schumpeter que afirmava que “empreendedor é a pessoa capaz de converter uma nova ideia ou invenção em uma inovação de sucesso”. Vai se buscar entender a compreensão de que o empreendedor, como afirmou Peter Drucker é “qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode aprender a ser um empreendedor e se comportar empreendedorialmente” (DRUCKER, 1987, p.34). Utilizaremos estudos do Sebrae, instituição referência no tema de capacitação empreendedora, corroborando para o entendimento de Arranjos Produtivos Locais (APL), que queremos que seja a confluência final pós projeto de intervenção de instalação da Escola de Lapidação, e, também, assertivas de Jose Eduardo Cassiolato, economista de renome internacional, sobre inovação, inserido no contexto dos arranjos produtivos como forma de fortalecer as micro e pequenas empresas.

A partir do PI da “Instalação e Estruturação da escola de Lapidação e Artesanato Mineral no Distrito de Carnaíba, no Município de Pindobaçu”, abre-se a possibilidade real e angular de catapultar um Arranjo Produtivo Local (APL) poderoso, que irar girar uma enorme soma de recursos financeiros, em virtude do alto valor agregado as gemas e peças, com o intuito de gerar de forma efetiva e organizada, emprego e renda para os participantes que estiverem engajados.

Como trilha a ser seguida, teríamos, inicialmente, a formação profissional com a chancela Senai, um dos órgãos mais importantes e eficientes para o processo de formação profissional do país, dando substrato didático pedagógico ao PI, e, após, em uma ação conjunta entre Prefeitura, Sebrae e a Associação dos Lapidários e Artesãos

de Carnaíba, seria ofertado capacitação para gestão do negócio. Na sequência seriam ultimadas as tratativas com os órgãos e empresas interessadas na aquisição dos produtos manufaturados, tudo balizado por uma estrutura formal de organização.

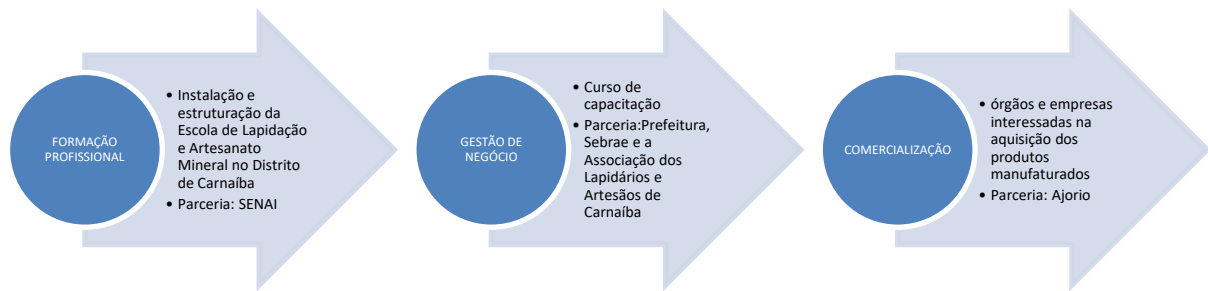


Figura 5: Trilha Arranjo Produtivo Local (APL)

Cabe salientar de forma inequívoca que o PI ora trabalhado, está delimitado, em razão da exequibilidade real do mesmo, a instalação da Escola de Lapidação e Artesanato Mineral, o APL, será a consequência natural do mesmo, o qual será visibilizado noutro momento da vida da comuna, mas, que entendemos a necessidade de evidenciarmos aqui, ainda que de forma pouco aprofundada, em razão do contexto do todo.

O que se busca em verdade, dentro de um exercício de previsibilidade possível, é atestar a condição de mudança do “status quo” econômico, a partir de um conceito voltado para introdução de inovação, que substitua paradigmas anteriores. Nesse interim, o Manual de Oslo (2006), vaticina, que uma inovação de produto é a introdução de um bem ou serviço novo, ou, significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos.

Segundo o Sebrae, em texto retirado do livro, APL, ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (CARDOSO, 2014), nos diz que o APL, deve ser articulado sob a ótica de algumas dimensões específicas, tais como: a dimensão territorial (os atores do APL estão localizados em certa área onde ocorre interação); a diversidade das atividades

e dos atores (empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio); o conhecimento tácito (conhecimento adquirido e repassado por meio da interação, conhecimento não codificado); as inovações e aprendizados interativos (inovações e aprendizados que surgem com base na interação dos atores); a governança (liderança do APL, geralmente exercida por empresários ou pelo seu conjunto representativo – sindicatos, associações).

O propósito inicial é criar novos estímulos e laços comunitários, sob os critérios de desenvolvimento econômico e social, a partir do processo de capacitação. Cassiolato e Lastres (2003) ressaltam que deve-se considerar a importância dos estímulos aos diferentes processos de aprendizado e difusão do conhecimento, tornando-se vital entender as relações e interações entre os diferentes agentes visando ao aprendizado, as quais apresentam forte especificidade local.

Busca-se, também, desenvolver as características do comportamento empreendedor dos agentes locais, de modo que esse seja, objetivamente, um ideal absolutamente atingível. Drucker (1987), nos atesta que o empreendedor é uma pessoa que vê a mudança como norma e a explora como sendo uma oportunidade. No futuro próximo, com a ideia do arranjo produtivo, o que se pretende, ainda, é ofertar e compartilhar recursos, pactuar competências, dividir riscos e custos para perscrutar novas oportunidades, ensejar produtos com qualidade elevada e diversa. Com a instalação de um APL, abre-se o leque para a formalização de micros e pequenas empresas, voltadas para o setor. A participação em Arranjos Produtivos Locais transforma-se, então, em estratégia de consolidada experiência para as empresas de porte reduzido, vez que, segundo Lastres e Cassiolato (2001), é especial visto que elas podem superar barreiras a seu crescimento além de produzir e comercializar seus produtos em vários mercados.

O pensador e economista austríaco, Joseph Alois Schumpeter, autor dentre outros da “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, nos ensina que é necessário fomentar o desenvolvimento, de modo que as mudanças da vida econômica, não nos sejam impostas de fora, mas, que surjam de dentro, por sua própria iniciativa (SHUMPETER, 1997, p. 67).

5.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

Consubstanciando o Projeto de Intervenção, apresentamos e atrelamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de forma que possamos demonstrar, que a capacitação profissional com vies para o empreendedorismo, é de fundamental importância para redução das desigualdades sociais (ODS 10), atua fortemente no intuito de contribuir para erradicação da pobreza (ODS1), age proporcionando emprego digno e crescimento econômico (ODS 8), e, estimula parcerias e meios de implementação (ODS 17).

A agenda 2030 é a construção de ações encadeadas para buscar soluções visando o bem estar, no intuito de prover as pessoas, e ao planeta, a paz e a prosperidade. São 17 Objetivos e 169 metas globais (Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>). No âmbito nacional, 167 das 169 metas foram abalizadas como convergentes. Dessas, 128 foram alteradas, tendo em vista a necessidade de adequá-las à realidade brasileira. Além das adequações, foram criadas 08 novas metas, totalizando assim 175 metas nacionais, sendo 99 classificadas como finalísticas e 76 como de implementação (RELATÓRIO DE ATIVIDADE CNODS, 2018 , p.29). É um programa em escala mundial integrado e indivisível que misturam de forma controlada e criteriosa, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

O acatamento da Agenda 2030, precede os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, (ODM), também, chamada de Declaração do Milênio, pactuada no ano 2000, que tinha como compromisso, o estabelecimento de uma parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos, com um prazo para o seu alcance, em 2015. Assim, em face do sucesso da iniciativa, percebeu-se que haveria a necessidade de uma ação continuada e ampliada dos objetivos. Dessa forma, em setembro de 2015, foi assinado uma nova agenda mundial por todos os 193 Estados Membros da ONU, que significou um marco de “sinequanon” importância para o ensejo político mundial. De fato, trata-se do ato histórico, até então, de maior relevância para o desenvolvimento sustentável neste século. Essas metas e objetivos, irão estabelecer nortes para a humanidade e orbe até o ano de 2030. Em relação as pessoas, o desafio é acabar com todas as formas e enfoques da pobreza e a fome, de modo que se possa extrair de todos os seres humanos o seu máximo potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. No que tange ao

Planeta, a ênfase, obstinada, é protegê-lo da degradação, estabelecendo caminhos para o consumo e produção sustentáveis, promovendo a gestão equilibrada dos recursos naturais e definindo medidas urgentes para combater as mudanças climáticas, com a intenção precípua de atender as necessidades das gerações presentes e futuras. No que se remete a prosperidade, o que se busca, é asseverar que todos os seres humanos possam usufruir de uma vida fértil e realizada, em perfeita consonância com os avanços econômico, social e tecnológico sem desfavor da harmonia e preservação da natureza e o meio ambiente. Quanto a paz, o “mote” é oportunizar arcabouços sociais que permitam a consolidação da cultura da paz, e o fortalecimento de sociedades paritárias, abrangedoras, e, libertas do medo e da violência. É fato que não pode sobrevir desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Essas correlações para consumação da sua performance, carecem como meio para impulsionar os seus interesses, da condição efetiva, de parcerias amplas e globais, calcadas no sentimento de solidariedade, convalidadas, especialmente, pelo entendimento de se envidar todos os esforços possíveis, em favor das necessidades das classes menos favorecidas e mais vulneráveis. Em suma, é preciso a agregação e junção de esforços mútuos, para se chegar ao quanto foi estabelecido pela agenda 2030.

No Brasil, o desafio, em face do continental tamanho do mesmo, e, da ampla gama de desigualdades e diferenças regionais, que amargam mazelas sociais históricas, atrelada a conhecida falta de integração das políticas públicas, e a prática de descontinuidade dos programas governamentais, reverberam, fortemente, como elementos dificultadores para implementação da Agenda 2030. Por outro lado, são exatamente esses desafios que a tornam tão estratégica para o processo de transformação do país. Para que isso aconteça, como vaticina o Relatório de Atividades da CNODS (Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) 2017 - 2018, criada por meio do Decreto n.º 8.892, em 27 de outubro de 2016, que integra a estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), e constitui a instância de governança nacional da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, a qual não se encontra atualmente em funcionamento em face do decreto presidencial 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu a participação da sociedade civil em conselhos, é necessário disseminar de modo amplo, que, a possibilidade de desenvolvimento sustentável do Brasil, está

associado à Agenda 2030, e, portanto, é de absoluta relevância, que a adoção dos princípios e preceitos da mesma, cheguem ao conhecimento do público em geral por meio de forte e decisiva estratégia de comunicação e mobilização. Assim, precisamos, também, como sustenta o Relatório da CNOODS, entender que os esforços para implementação da Agenda 2030, vão além dos parametros relacionados ao poder executivo da União, Estados e Municípios, “mas, vai além no sentido de conquistar corações, mentes e se transformar em compromisso dos poderes judiciário e legislativo da mesma forma” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES CNOODS, 2018, p. 49).

Planejamento é a ação chave para o atingimento de tudo quanto foi preconizado na Agenda. Somente através de ações seriadas, como foi pensado no Plano de Ação 2017- 2018, da Comissão Nacional dos ODS, que elencou por grupo de afinidades um conjunto de seis grandes estratégias, a saber: Territorialização; Governança; Mobilização; Comunicação; Monitoramento; Integração/Transversalidade, teremos condições, efetivas e organizadas, para o alcance dos objetivos.

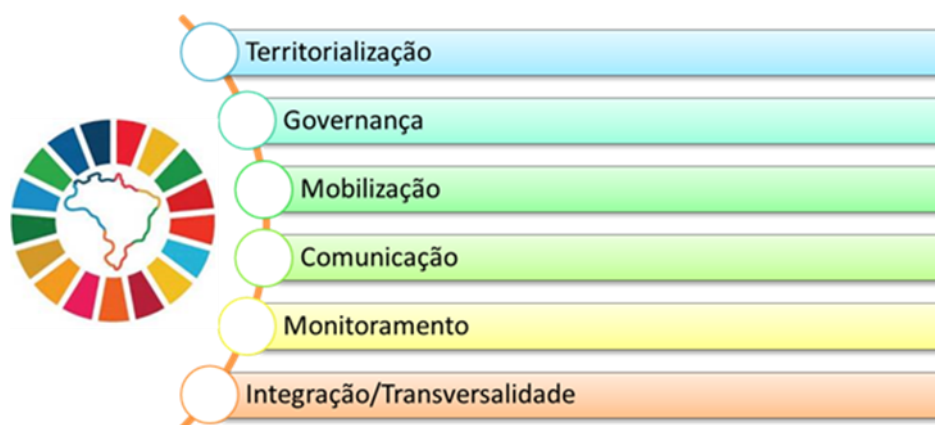


Figura 6 : Estratégias de Organização dos Trabalhos da Comissão Nacional para os ODS

Cabe salientar que essa e uma Agenda nacional, que a mesma, precisa ser enxergada como politica de Estado, e que a exequibilidade dela, passa pela compreensão desse fato em todos os niveis governamentais. No plano local, os municípios, precisam atrelar, articulados com o poder federal e estadual, naturalmente a partir do diagnostico das suas necessidades, prioridades e metas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Indicativamente, podemos estabelecer o PPA (Plano Plurianual), como o grande elemento balizador desse alinhamento.

Nominalmente, são esses os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:
Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Aqui, nesse PI, vamos nos ater ao ODS 1; ODS 8; ODS 10; ODS 17.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Substantivamente, o PI está atrelado as metas: 1.1, “até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia” ; 1.2, “até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais”; e, 1.4, “até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças” (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>). O que confirma esse enlace com o ODS 1, é a inequívoca possibilidade de gerar emprego e renda através da capacitação voltada, eficazmente, para uma vocação financeira local, absolutamente consolidada, dentro do cenário municipal, com o vies claro da construção futura, próxima, de um Arranjo Produtivo Local possível, exequível e necessário.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos



O PI, está vinculado, especialmente, as metas: 8.2, que fala em “atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra”; 8.3, que se inclina “à ideia de promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias

empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros”; 8.5, que busca “até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor”; e, 8.6, que acelera para “até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação” (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>). Fica clarificado a conexão do PI com esse ODS, em razão do prototipo desenvolvido a partir do mesmo, qual seja, capacitação dos atores locais, formalização e Gestão do Negócio, e, atração dos adquirentes do produto final, propiciando fundada possibilidade de se criar um APL poderoso e estável.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



As metas afeitas ao PI, são: 10.1, garantir que “até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional”; 10.2, “até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>). O PI está irrestritamente comprometido com a melhoria do nível de renda local, em face da agregação de valor a gema e transformação do sub produto em artesanato, também, compromissado com a inclusão social, política e econômica, na medida em que abre oportunidades para, através da capacitação, acessar mercados e o público consumidor com produtos de melhor qualidade.

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



As metas que guardam conformidade com o PI, são: 17.7, que no contexto voltado para tecnologia quer “promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado”; 17.11, que em inferência ao comercio se disciplina em “aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020”; 17.14, quanto as se posiciona no questões sistêmicas, “aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável”; e, 17.17, que através do viés das parcerias multissetoriais, se posiciona no fito de “incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias” (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods17.html>). No ODS, o PI demonstra essa conformidade quando levamos para comunidade, equipamentos e técnicas didaticos pedagogicas, voltadas para capacitação proposta, que até então, não tinham sido disponibilizadas – Meta 17.7. Ainda, a Esmeralda, é um produto voltado para o mercado interno, mas com forte aceitação no mercado externo, também, após o processo de manufatura da mesma, ou seja, quando lapidadas – Meta 17.11. Faz parte de um programa de ações empreendedoras da Prefeitura Municipal, levado adiante, dentro do Plano Municipal de Desenvolvimento, pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – Meta 17.14. Para implementação do PI, contamos com parceiros multissetoriais, no que concerne a aquisição de equipamentos, Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba), capacitação profissional, Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), oferta de insumos, CMB (Cooperativa Mineral da Bahia), capacitação para gestão de negócios, Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), e, adequação do local, a cargo da Prefeitura Municipal.

Cabe salientar que todas as metas/objetivos elencados, além da contribuição direta, inerente do vínculo próprio de cada uma, também, por suas características de indivisibilidade e integração, irão contribuir, indiretamente, entre si, para o sucesso e efetivação do PI.

6. METODOLOGIA

Será aplicado como metodologia, pesquisas, utilizando fontes primárias pautando-se na análise de relatórios técnicos, dissertações e artigos, ainda, fontes secundárias, através da pesquisa em livros, trabalhos acadêmicos e manuais, buscando resultados qualitativos e quantitativos, no que tange, principalmente, a formulação e análise dos perfis sócio econômicos do município. O estudo será aplicado, através do uso da revisão bibliográfica e estudo de documentos, de modo que fique evidenciado a busca pelo Desenvolvimento Local e a sua direta conexão com os ODS elencados. Assim, de posse de todas as informações de cunho acadêmico, será estabelecido, como metodologia para instalação do PI, reuniões com os atores interessados e participantes, quais sejam: Prefeitura Municipal de Pindobaçu, Senai, Sebrae, Associação dos Artesão de Serra da Carnaíba, Cooperativa Mineral da Bahia, Codesvaf (Compahia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), Ajourio (Associação dos Joalheiros e Relojoeiros do Estado do Rio), garimpeiros e população local, para dentro de um contexto de sistematização lógica e organizada, construir o escopo de trabalho, com a definição dos itens de Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Encerramento do projeto. As reuniões serão públicas, e, também, setorizadas, quando envolver questões eminentemente técnicas e burocráticas relacionadas a confecção de documentos formais, convênios, termos e contratos, deixando claro a definição dos papéis específicos de cada integrante, buscando desde a adequação do local de instalação da escola, até os procedimentos para gestão da mesma. Será criada uma comissão de coordenação com divisão de tarefas específicas, voltados para o planejamento, execução e monitoramento de todas as ações. Ainda, dentro desse contexto, será criada uma coordenação didático pedagógica, para a análise do conteúdo programático ofertado. Além, será mantida uma coordenação de controle e

monitoramento, pós encerramento do projeto, para a análise continuada, dos resultados alcançados.

Na escola de lapidação usaremos como parâmetros de fundamentação didático pedagógica, as metodologias e cursos, ofertadas pelo Senai. O curso completo contará com quatro módulos a saber:

a. Classificação das pedras:

Carga Horaria: 30 horas.

Objetivo geral: Desenvolver capacidades para identificação e classificação de gemas, para posterior lapidação, segundo critérios técnicos, de qualidade, saúde e segurança e meio ambiente.

Ambientes pedagógicos: Oficinas, Sala de aula.

Equipamentos: Suporte para canetas tipo dops, Brocas diamantadas, Bicos de Bunsen, Calibradora para pedras, Politriz com rebolos de feltro, Moto-esmeril, Polidora mecânica, Densímetro, espátula, Martelos de corte, Pinças aço inox, Balança de precisão, Paquímetro, Esquadro, Escovas, Escala em aço inox métrica, Martelos de desbaste, Rebolo de carbureto de silício, Gabaritos de ângulos, Micrômetro, Disco diamantado, Matrizes de formação, Vibradores para lixa e polimento, Facetadora mecânica, Bancadas de lapidação manual, Graduadores de ângulo e Dops em metal.

b. Pré Formação das Pedras

Carga horária: 30

Objetivo geral: Executar operações de lapidação de gemas, preparando e operando máquinas e equipamentos específicos, atendendo a padrões de qualidade e de acordo com normas e procedimentos de segurança, higiene e saúde.

Ambientes pedagógicos: Oficinas, Feiras/eventos, Sala de aula.

Equipamentos: Polidora mecânica, Micrômetro, Polariscópio, Pinças aço inox, Calibradora para pedras, Martelos de desbaste, Vibradores para lixa e polimento, Disco diamantado, Gabaritos de ângulos, espátula, Escala em aço inox métrica, Esquadro, Rebolo de carbureto de silício, Bicos de Bunsen, Bancadas de lapidação manual, Matrizes de formação, Escovas, Brocas diamantadas, Densímetro, Suporte para canetas tipo dops, Refratômetro, Graduadores de ângulo, Paquímetro, Facetadora mecânica, Politriz com rebolos de feltro, Martelos de corte, Moto-esmeril, Dops em metal e Balança de precisão.

c. Facetamento das Pedras

Carga horária: 90

Objetivo geral: Desenvolver capacidades para realizar operações de facetamento de pedras preciosas, segundo critérios técnicos, de qualidade, saúde e segurança e meio ambiente.

Ambientes pedagógicos: Oficinas, Sala de aula,

Equipamentos: Graduadores de ângulo, Bicos de Bunsen, Suporte para canetas tipo dops, Politriz com rebolos de feltro, Dops em metal, Brocas diamantadas, Facetadora mecânica, Moto-esmeril, Calibradora para pedras, Refratômetro, Densímetro, Vibradores para lixa e polimento, espátula, Martelos de corte, Balança de precisão, Pinças aço inox, Paquímetro, Escovas, Martelos de desbaste, Esquadro, Escala em aço inox métrica, Rebolo de carbureto de silício, Micrômetro, Gabaritos de ângulos, Matrizes de formação, Disco diamantado, Polidora mecânica e Bancadas de lapidação manual.

d. Polimento das Pedras

Carga horária: 90

Objetivo geral: Desenvolver capacidades para realizar o polimento, a limpeza e o acondicionamento das pedras lapidadas, segundo critérios técnicos, de qualidade,

saúde e segurança e meio ambiente.

Ambientes pedagógicos: Oficinas, Sala de aula.

Equipamentos: Suporte para canetas tipo dops, Rebolo de carbureto de silício, Refratômetro, Escovas, Moto-esmeril, Polidora mecânica, Politriz com rebolos de feltro, Graduadores de ângulo, Gabaritos de ângulos, Vibradores para lixa e polimento, Polariscópio, Martelos de corte, Facetadora mecânica, Microscópio estéreo, Pinças aço inox, espátula, Esquadro, Martelos de desbaste, Paquímetro, Matrizes de formação, Escala em aço inox métrica, Dops em metal, Calibradora para pedras, Bicos de Bunsen, Brocas diamantadas, Bancadas de lapidação manual, Disco diamantado, Comparador de dureza e Balança de precisão. Além, será desenvolvido pelo Senai, um curso personalizado, especificamente, para o artesanato mineral e o tipo de substâncias existentes no sub produto oriundo da extração de esmeraldas.



Figura 7 Pilhas de Rejeitos. Créditos: Gilmar Lopes de Araújo



Figura 8 Artesanato Mineral do Subproduto da Esmeralda de Carnaíba. Créditos:
Gilberto de Amorim Carvalho

7. CRONOGRAMA

INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE LAPIDAÇÃO E ARTESANATO MINERAL DE CARNAIBA					
ITEM	ETAPAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO			
		MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
1	INICIAÇÃO				
1.1	Termo de abertura				
1.2	Riscos Existentes				
1.3	Cronograma				
1.4	Projeto aprovado				
2	PLANEJAMENTO				
2.1	Estabelecer os atores envolvidos				
2.2	Definição das ações institucionais				
2.3	Escolha das equipes de coordenação				
2.4	Adequação do local				
2.5	Equipamento				
2.6	Custos de instalação				
2.7	Insumos e materiais minerais				
2.8	Plano de gerenciamento				
3	EXECUÇÃO E MONITORAMENTO				
3.1	Período letivo				
3.2	Carga horaria				
3.3	Instrutores				
3.4	Quantitativo de alunos				

3.5	Gráficos de controle				
4	ENCERRAMENTO				
4.1	Feedback				
4.2	Resultados alcançados				
4.3	Projeto entregue e encerrado				

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

8.1 Recursos Materiais Necessários

Recurso	Descrição
Veículos	Necessário para a logística de deslocamento da equipe, bem como para o transporte de equipamentos e materiais minerais que serão utilizados, principalmente no artesanato mineral.
Material de Expediente	Necessários para a confecção de documentos e relatórios a respeito do andamento do projeto de intervenção
Impressoras/Computadores	Importantes para a impressão e criação de documentos diversos, pertinentes ao projeto de intervenção

8.2 Aquisições e Contratações Necessárias

Quantidades	Nome
MATERIAS DE LAPIDAÇÃO E ARTEZANATO	
04 Un	Discos de chumbo. (Artesanato)
10 Un	Discos de magnólia e estanho. (Artesanato)
02 Un	Rebolos carborundo 220. Diâmetros 360. (Artesanato)
08 Un	Correias A 46. (Motores)
30 Un	Lâmpada fluorescentes tradicional (Bancas de lapidação)
10 Un	Discos diamantado (Bancas de lapidação)
06 Un	Lupas de palas
02 Un	Expositores de lapidação
20 Un	Discos de madeiras (artesanato)
05 Un	Discos de massa plástica (artesanato)
08 Un	Discos de 1/5 (artesanato)
08 Un	Rebolos, sendo, 02 de 60 g / 02 de 90 g / 04 de 120 g, vidia carborundu
04 Un	Discos de Serra para artesanatos
02 Kg	Pó de triplo polimento
01 Kg	Feltro de polimento

Quantidades	Nome
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	
500 Un	Blocos Cerâmicos
50 Mts	Azulejos
10 Sacos	Cimento
04 Sacos	Argamassa
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E USO GERAL	
10 Un	Luminárias
05 Un	Mesas
20 Un	Cadeiras
02 Un	Armários
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	
01 Cx.	Caneta esferográfica cx c/50 unid
03 Cx.	Clipes nº 03 c/ 100 unid.
10 Un	Cola de bastão
10 Un	Fita adesiva transparente larga
03 Un	Grampeador
10 Cx	Grampos para grampeador
01 Cx	Papel sulfite c/500 fls
05 Un	Pasta suspensa krafite c/50 unid.
10 Un	Pincel marca texto
SERVIÇOS PEDAGÓGICOS	
120 horas/aula	Instrutores

8.3 Orçamento

PLANILHA DE PREÇOS

ÍTEM	QT.	VALOR UNITÁRIO - R\$	VALOR TOTAL - R\$	FONTE DE RECURSOS
MATERIAS DE LAPIDAÇÃO E ARTERZANATO				

Disco de chumbo(Artesanato)	04 Un	280,00	1.120,00	Convênio
Disco de magnólia e estanho (Artesanato)	10 Un	320,00	3.200,00	Convênio
Rebolos de Carburundo 220, diâmetro 360 (Artesanato)	02 Un	380,00	760,00	Convênio
Correias A 46 (Motores)	08 Un	30,00	240,00	Convênio
Lâmpadas fluorescentes tradicional (bancas de lapidação)	30 Un	40,00	1.200,00	Convênio
Discos diamantados (bancas de lapidação)	10 Un	280,00	2.800,00	Convênio
Lupas de palas	06 Un	140,00	840,00	Convênio
Expositores de lapidação	02 Un	230,00	460,00	Convênio
Discos de madeiras(Artesanato)	20 Un	200,00	4.000,00	Convênio
Discos de massa plástica (Artesanato)	05 Un	150,00	750,00	Convênio
Discos 1/5 (Artesanato)	08 Un	280,00	2.240,00	Convênio
Rebolos: 02 de 60g; 02 de 90g; 04 de 120 g; vidia carburundo	08 Un	200,00	1.600,00	Convênio
Discos de serra para artesanato	04 Un	120,00	480,00	Convênio
Pó de triplo polimento	2 kg	50,00	100,00	Convênio
Feltro de polimento	01 kg	120,00	120,00	Convênio
TOTAL	110	2.190,00	19.910,00	Convênio
SERVIÇOS PEDAGÓGICOS				
Instrutores	60 horas/aulas	120,00	7.200,00	Interno
TOTAL	60	120,00	7.200,00	Interna
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO				
Argamassa	04 sacos	18,00	72,00	Interna
Armários	02 Un	300,00	600,00	Interna
Azulejos	50 mts	20,00	1.000,00	Interna
Blocos cerâmicos	500 Un	250,00	250,00	Interna
Cadeiras	20 unid.	40,00	800,00	Interna
Cimento	10 sacos	30,00	300,00	Interna
TOTAL	586	858,00	3.022,00	Interna
MATERIAL DE ESCRITÓRIO				
Luminárias	10 Un	30,00	300,00	Interna
Mesas	05 Un	70,00	350,00	Interna

Armários de aço c/ 04 prateleiras	02 Un	729,00	1.458,00	Interna
TOTAL	17	829,00	2.108,00	Interna
MATERIAL DE EXPEDIENTE				
Caneta esferográfica cx c/50 unid.	01 Cx	29,90	29,90	Interna
Clipes nº 03 c/ 100 unid.	03 Cx	3,00	9,00	Interna
Cola de bastão	10 Un	3,00	30,00	Interna
Fita adesiva transparente larga	10 Un	3,00	30,00	Interna
Grampeador	03 Un	19,90	59,70	Interna
Grampos para grampeador	10 Cx	5,00	50,00	Interna
Papel sulfite c/500 fls	01 Cx	23,90	23,90	Interna
Pasta suspensa kraft c/50 unid.	05 Un	57,10	285,50	Interna
Pincel marca texto	10 Un	2,60	26,00	Interna
TOTAL	53	147,40	544,00	Interna
TOTAL GERAL	826	4.144,40	32.784,00	Convênio/Interna

9. RESULTADOS ESPERADOS

A partir de ações multisetoriais, envolvendo diversos atores, que vão desde a adequação de espaço, aquisição de equipamentos, projeto didático pedagógico, visando à formação profissional de lapidários e artesões voltado para uma das mais importantes vocações financeiras do município, a extração de Esmeraldas, o Projeto de Intervenção que se propõe a Instalação e Adequação de uma Escola de Lapidação e Artesanato Mineral, no Distrito de Carnaíba, visa contribuir para o Desenvolvimento Local, diretamente correlacionado com os ODS 1,8,10 e, 17. Assim, pretende-se regulamentar parcerias continuadas, inserir de modo formal os atores locais estimulando capacidades empreendedoras, por inferência direta, patrocinar a melhoria do “status quo”, através do aumento dos ganhos financeiros, impulsionar comercialmente, em face da agregação de valor à gema e ao sub produto oriundo da extração da esmeralda, o mercado local, e, posteriormente, servir como trampolim para a criação de um Arranjo Produtivo Local, poderoso e consolidado, com respeito ao meio ambiente, a ética comercial e a relação entre as pessoas. Em suma, pretende-se oportunizar de forma real, a geração de emprego e renda na comunidade.

ATORES ENVOLVIDOS	AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
Garimpeiros/População Local	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizado e formação para técnicas de lapidação e artesanato mineral 	Melhoria do “status quo” através da melhoria e aumento dos ganhos financeiros.
Prefeitura Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização do espaço físico • Parte dos Equipamentos 	Adequação e funcionamento
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação geral e criação do arcabouço legal 	Regulamentação das parcerias
Departamento de Mineração	<ul style="list-style-type: none"> • Controle e monitoramento 	Mensuração dos resultados obtidos visando análise para a continuidade, ou mudança de roteiro, para consecução do projeto
Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação para gestão do negocio 	Contribuir para a inserção formal no mercado, utilizando métodos de gestão financeira.
Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte pedagógico 	Capacitação e formação
Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba)	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar maquinas e equipamentos 	Melhor adequação do ambiente escolar
Ajorio (Associação de Joalheiros e Relojoeiros do Rio de Janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisições dos produtos manufaturados 	Fomento comercial
CMB (Cooperativa Mineral da Bahia)	<ul style="list-style-type: none"> • Insumos para manutenção e treinamento 	Estoque contínuo de material de treinamento
Associação dos Artesãos e lapidários de Serra de Carnaíba	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da Escola 	Socialização da gestão

10. BIBLIOGRAFIA

Agenda 2030, ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Proposta de Adequação. Ipea,2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 06 de maio de 2019

Arranjo produtivo local - Série Empreendimentos Coletivos. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empreendimentos-coletivos>. Acesso em 15 de abril de 2019.

Brasil. Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário Mineral / Coordenadores Thiers Muniz Lima, Carlos Augusto Ramos Neves Brasília: DNPM, 2016.

CALMON, Valéria Catarine Alves; ARAÚJO, Atailson Sacramento; FIGUEIREDO, Sandra Regina Cerqueira; SANTOS, Leila Karina Modesta dos; SAMPAIO, Flávio José; PEREIRA, Antônio Marcos Santos. Problemas ambientais da área urbana e garimpo de esmeralda da Vila de Carnaíba de Cima, Pindobaçu – BA, 2004. Disponível em: http://sbgeo.org.br/pub_sbg/cbg/2004-

CARDOSO, Univaldo Coelho. APL: arranjo produtivo local. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL; M. L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, Relume Dumará : IE/UFRJ, 2003.

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Brasil). Relatório de Atividades 2017-2018. Brasília: Presidência da República, 2018. 75p. :il.

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Brasil).
Plano de ação, 2017-2019. – Brasília : Presidência da República, 2017.
42 p. : il.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Município de Pindobaçu - Bahia / Organizado [por] Ângelo Trévia Vieira, Felicíssimo Melo, Hermínio Brasil V. Lopes, Hermínio Brasil V. Lopes, José C. Viégas Campos, José T Guimarães, Juliana M. da Costa, Luís Fernando C. Bomfim, Pedro Antonio de A. Couto, Sara Maria Pinotti Benvenuti . Salvador:CPRM/PRODEEM, 2005.

DRUCKER, Peter. F. Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios. 6.ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.34, n.2, p. 5-28, abr./jun.1999.

FERREIRA, João Batista. Serra de Carnaíba: Caçadores de esmeraldas mantém vivo o sonho de ficar milionário. Notícia Livre, 18 out. 2010. Disponível em: http://noticialivre.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1607:serra-de-carnaiba-cacadores-de-esmeraldas-mantem-vivo-o-sonho-de-ficarmilionario-&catid=39:noticia-livre&Itemid=56. Acesso em: 12 de abril de 2019.

Guia de orientación para las organizaciones politicas y la cidadania: articulando los programas de gobierno com la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y sus Objetivos de Desarrollo Sostenible. San Jose: PNUD.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pindobaçu (BA). In:IBGE Cidades,2010a Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pindobacu/panorama>. Acesso em: 20 de marco de 2019.

IDHM Municípios 2010/PNUD Brasil. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/search.html?q=pindoba%C3%A7u+ba>.

Acesso em 06 de maio de 2019.

Indicadores Municipais/Pindobaçu. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2924603.pdf. Acesso em 06 de maio de 2019.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J. E. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2001.

MANUAL DE OSLO: Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Agenda 2030: ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2018.

Mundo Senai Cursos. Disponível em: <https://www.mundosenai.com.br/cursos/qualificacao-profissional/lapidador-de-gemas/>. Acesso em 19 de junho de 2019.

O Portal da Pedras Preciosas. Disponível em: <http://www.patrickvoillot.com/pt/esmeralda-91.html>. Acesso em 20 de junho de 2019.

Objetivos de Desenvolvimento sustentável. Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 06 de maio de 2019

Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos / Francisco Rego Chaves Fernandes, Renata de Carvalho Jimenez Alamino, Eliane Araujo (Eds.). - Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

Repasse aos Municípios 2016. Disponível em: <https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/repasse/2016/val16jan.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2019.

SANTANA, Antonio de Jesus. Esmeralda de Carnaíba e Socotó, Bahia: geologia e potencialidade econômica/Antônio de Jesus Santana, Marcos Donadello Moreira, Pedro Antônio de Almeida Couto, Integração por Luis Luna Freire de Miranda e Augusto J. Pedreira. Salvador: CBPM, 1995.

SCHUMPETER, J. A. The fundamental phenomenon of economic development. New York: The free Press, 1971. _____. A Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

Tribunal de Contas do Estado da Bahia/Pindobaçu, 2016. Transferências Intergovernamental. Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/municipio-post/pindobacu/>. Acesso em 02 de maio de 2019.

